

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 110.721 - MA (2019/0094559-6)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : HEVERTON SOARES OLIVEIRA (PRESO)
ADVOGADOS : GLEBSON DE SOUSA LESSA - MA009562
VALERIANO JAKES GUIMARAES JUNIOR - MA009960
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS

DECISÃO

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto por HEVERTON SOARES OLIVEIRA, contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, assim ementado (fl. 80):

HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. HOMICÍDIO QUALIFICADO. POSSE OU PORTE DE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. EXTENSÃO DO RELAXAMENTO DE PRISÃO DADA AOS DEMAIS CORRÉUS. EXCESSO DE PRAZO. IMPOSSIBILIDADE. PACIENTE FORAGIDO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS DA PRISÃO PREVENTIVA. NÃO OCORRÊNCIA. GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. GRAVIDADE EM CONCRETO DO DELITO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

I - Não estando o paciente recolhido ao cárcere, mostra-se inviável a arguição acerca de eventual ilegalidade na manutenção da sua prisão cautelar por excesso de prazo, sendo tal situação suficiente para diferenciá-lo dos demais acusados que estavam presos desde novembro de 2017;

II - Dessarte, não há que se falar em ausência dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, ao menos para a garantia da ordem pública, pois lastreado na periculosidade do paciente e na gravidade em concreto do delito, como forma de acautelar o meio social da reiteração delitiva;

III - As condições subjetivas favoráveis, tais como primariedade, bons antecedentes e residência fixa, por si sós, não obstam a segregação cautelar;

IV - Habeas Corpus conhecido e denegado.

Extrai-se dos autos que o recorrente teve sua prisão preventiva decretada, em 4/10/2017, pela prática dos crimes tipificados nos arts. 121, § 2º, I e IV e 288, parágrafo único c/c 70 e 14, II, todos do Código Penal.

Inconformada, a defesa impetrou *habeas corpus*, denegado pelo Tribunal local.

Daí o presente recurso, no qual o recorrente sustenta, em síntese, que inexistem requisitos autorizadores para a prisão preventiva, tampouco fundamentação idônea para a referida medida, além de excesso de prazo.

Requer, liminarmente, a expedição de salvo-conduto para que o recorrente responda em liberdade o processo-crime.

No mérito, requer a expedição de salvo-conduto para que o recorrente responda em liberdade o processo-crime e a substituição da restrição de liberdade por medidas cautelares diversas desta.

Indeferida a liminar (fls. 136/139) e prestadas as informações (fls. 141/145), o Ministério Público Federal manifestou-se pelo improvimento do recurso (fls. 149/154).

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos exigidos pelo art. 312 do CPP.

O decreto de prisão preventiva restou assim fundamentado (fls. 23/25):

[...].Convém esclarecer que o instituto jurídico da prisão preventiva encontra-se previsto nos arts. 311 e 312, ambos do Código de Processo Penal, exigindo-se, para sua decretação, a presença de indícios suficientes de materialidade e autoria e, concomitantemente, que a medida se mostre necessária para garantia da ordem pública ou econômica, conveniência da instrução criminal ou então para assegurar a futura aplicação da lei penal.

Outrossim, estabelece a lei processual penal que o juiz, de ofício ou mediante requerimento, poderá decretar a prisão preventiva do acusado, novamente, se sobrevierem razões que a justifiquem (art. 316, do CPP), como por exemplo, como assegurar garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal (art. 312 do Código Penal).

In casu, verifica-se que a partir da investigação da Polícia Judiciária, e principalmente diante do depoimento da vítima sobrevivente, dos resultados da quebra de sigilo do aparelho celular apreendido pertencente a HERMANO, bem como do exame pericial de confronto microbalístico, aliados aos demais elementos constantes nos autos, foi possível colacionar indícios suficientes da autoria do homicídio contra DYELREK, no dia 11/05/2017, nesta cidade, aos ora representados, estando presentes os requisitos autorizadores da prisão preventiva, eis que há suficientes indícios de materialidade, bem como de autoria.

Cumprе ressaltar, por oportuno, as importantes provas colacionadas de quebra de dados e do exame microbalístico das armas dos representados Hermano e Pacheco, com resultado positivo para os projéteis retirados dos corpos das vítimas, bem como fotos da residência acertada para encontro dos representados com as vítimas e do veículo Corola utilizado na empreitada delituosa.

Além disso, em toda a narrativa policial os ora representados são indicados como integrantes de uma organização criminosa, liderada pelo representado HERVERTON, especializada em crimes de tráfico de drogas e de armas, homicídios, assaltos a bancos, entre outros, sendo alvos de investigação em outros crimes da mesma natureza.

Decerto, existem provas da existência do crime e consistentes indícios de autoria, os quais se mostram suficientes, aliados à comprovação da necessidade da garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal e para aplicação da lei penal, tendo em vista a gravidade do crime, bem como o temor da reiteração criminosa, e considerando que por serem 04 (quatro) dos representados policiais militares, caso permaneçam em liberdade, continuarão em gozo de suas prerrogativas inerentes à atividade que exercem, o que poderá dificultar a investigação criminal, vez que estes podem interferir na colheita de provas, como já tentaram conforme descrito acima, o que prejudicará a aplicação da lei penal, requisitos/pressupostos suficientes para autorizar a segregação cautelar dos representados, até ulterior decisão, diante dos elementos constantes na representação e que fazem parte do Inquérito Policial.

Não é demasiado lembrar que diante de tal gravidade in concreto das ações perpetradas, há necessidade de se reforçar a credibilidade nas instituições públicas, no combate à criminalidade, solidificando o pacto social de cumprimento das normas jurídicas e imposição de sanções sempre que forem infringidas. Não estamos a falar de um direito penal do inimigo, mas do reconhecimento de que somos submetidos às regras do Estado Democrático de Direito, vinculados ao seu cumprimento, não se podendo, sob a alegação exclusiva de liberdade individual, comprometer a paz social e a segurança coletiva, que se encontra bastante abalada.

Com fundamento, portanto, no inderrogável dever de preservação da ordem pública, bem como na necessidade de viabilizar a instrução criminal, garantindo-se, ao final, a aplicação da lei penal, é que entendo justificada a prisão preventiva dos representados.

Desse modo, decreto a PRISÃO PREVENTIVA dos investigados **HEVERTON SOARES OLIVEIRA**, **KEBERSON DEIB RODRIGUES CAMPELO**, **MAILTON PEREIRA PACHECO**, **HERMANO LIMA DE QUEIROZ**, **JORGE LUCAS MELO GARCIA** e **GERSON VIEIRA DOS SANTOS**. EXPEÇAM-SE OS RESPECTIVOS MANDADOS DE PRISÃO PREVENTIVA, devendo-se ser resguardadas todas as garantias constitucionais, inclusive a entrega aos representados de cópia da decisão.

Como antecipado em exame liminar, o decreto prisional apresenta fundamentação concreta, evidenciada na informação de que o recorrente possui posição de liderança em organização criminosa, especializada de crimes de tráfico de drogas e de armas, homicídios, assaltos a bancos, entre outros.

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva o fato de o acusado integrar organização criminosa, em razão da garantia da ordem pública. Nesse sentido: RHC n. 46.094/MG – 6ª T. – unânime - Rel. Min. Sebastião Reis Júnior - DJe 4/8/2014; RHC n. 47242/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 10/6/2014; RHC n. 46341/MS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe

11/6/2014; RHC n. 48067/ES – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Regina Helena Costa – DJe 18/6/2014.

Igual posicionamento se verifica no Supremo Tribunal Federal, v.g.: AgRg no HC n. 121622/PE – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Celso de Mello – DJe 30/4/2014; RHC n. 122094/DF – 1ª T. – unânime – Rel. Min. Luiz Fux – DJe 4/6/2014; HC n. 115462/RR – 2ª T. – unânime – Rel. Min. Ricardo Lewandowski – DJe 23/4/2013.

Havendo a indicação de fundamentos concretos para justificar a custódia cautelar, não se revela cabível a aplicação de medidas cautelares alternativas à prisão. A esse respeito: HC n. 325.754/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Leopoldo de Arruda Raposo (Desembargador convocado do TJ/PE) – DJe 11/09/2015 e HC n. 313.977/AL – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 16/03/2015.

Com relação aos prazos consignados na lei processual, deve atentar o julgador às peculiaridades de cada ação criminal. Com efeito, uníssona é a jurisprudência no sentido de que a ilegalidade da prisão por excesso de prazo só pode ser reconhecida quando a demora for injustificada, impondo-se adoção de critérios de razoabilidade no exame da ocorrência indevida coação.

Na hipótese, não se detecta manifesta ilegalidade apta a ensejar a concessão da ordem, pois há informação no acórdão, às fls. 94/95, de que o decreto prisional discutido nos autos não foi cumprido de imediato contra o paciente, que esteve foragido, pelo menos, entre a decretação da prisão, em 4/10/2017, e a prolação do aresto impugnado, em 21/1/2019, portanto, não sendo razoável que agora seja favorecido em virtude de sua própria torpeza, ao se evadir para não se submeter à persecução penal.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso em *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator